

Biblioteca - Unemat - PLA



00014268

BIBLIOTECA	
UNEMAT 01	
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT	
RG N.º	14268
Data	14 / 06 / 2010
☐ Compra ☒ Doação ☐ Permuta	

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARAMENTO DE LETRAS**

LILIANE ALVES DA MATA

TEXTOS JORNALÍSTICOS IMPRESSOS PERTENCEM AO CÓDIGO ESCRITO?

Pontes e Lacerda - MT
2007

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

LILIANE ALVES DA MATA

TEXTOS JORNALÍSTICOS IMPRESSOS PERTENCEM AO CÓDIGO ESCRITO?

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa e Literatura.

Orientadora: Prof. Ms: Ana Maria Macedo

Pontes e Lacerda
2007

81
M 425 J
25.01

Agradeço:

*A Deus, que me iluminaste
cotidianamente e pelas bênçãos
que derramastes sobre a minha
pessoa.*

Dedico:

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo que me deram no
transcorrer desta caminhada laboriosa.

Jornal, longe

Que faremos destes jornais, com telegramas, notícias, anúncios, fotografias, opiniões...?

Caem as folhas secas sobre os longos relatos de guerra: e o sol empalidece suas letras infinitas.

Que faremos destes jornais, longe do mundo e dos homens?

Este recado da loucura perde o sentido entre a terra e o céu.

De dia, lemos na flor que nasce e a abelha que voa;

de noite, nas grandes estrelas, e no aroma do campo serenado.

Aqui, toda a vizinhança proclama convicta:

“os jornais servem para fazer embrulhos”.

E uma das raras vezes em que todos estão de acordo.

(Cecília Meireles)

Data: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

.....

Prof. Ms. Ana Maria Macedo (Orientadora)

.....

Prof. Ms. Maria da Penha Fornanciari Antunes (Membro)

.....

Prof. Esp. Elizangela Patrícia Moreira Costa (Membro)

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
1. MODALIDADE ORAL E MODALIDADE ESCRITA DA LÍNGUA.....	4
1.1 A Oralidade e as Práticas Sociais a ela Relacionadas.....	6
1.2 A Escrita e as Práticas Sociais a ela Relacionadas.....	11
2 TEXTOS JORNALÍSTICOS EM ANÁLISE: CÓDIGO ESCRITO OU CÓDIGO ORAL?.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar as características da Língua Oral e Escrita, ou seja, as suas respectivas peculiaridades, no que se refere aos seus usos e atribuições, e estes se intitulam como "Modalidade Oral e Modalidade Escrita da língua". Em seguida, tecemos argumentações acerca de dois tópicos "A oralidade e as práticas sociais a ela relacionadas" e "A escrita e as práticas sociais a ela relacionadas", o qual tende a abarcar características que a sociedade tende a influenciar-lhes. Em último momento fazemos uma análise acerca de duas entrevistas retiradas de um jornal quinzenal da Região do Vale do Guaporé (M.T), intitulados "*Secretário aposta em melhorias na Educação*" e "*Dengue causa preocupação na cidade*", na qual analisamos a presença e o predomínio da língua oral nas mesmas.

INTRODUÇÃO

Através deste trabalho, poderemos perceber as “diferenças” e “semelhanças” que circundam a Oralidade e a Escrita, no que compete a sua inserção na “fala” e nos “escritos” de indivíduos de uma dada sociedade.

A oralidade apresenta características que lhe são particulares, ou seja, é menos densa, apresenta um vocabulário mais solto e uma gama de conectivos como “aí, né, daí, etc”, além, é claro, de outras peculiaridades.

Em contrapartida, a escrita requer um trabalho mais elaborado, ou seja, as suas construções baseiam-se em regras morfológicas, sintáticas e semânticas, pautadas pela gramática tradicional, para que o leitor, no ato da leitura possa se respaldar de maneira inteligível e intelectual.

O presente trabalho inicia-se elencando características acerca da Oralidade e Escrita, tópico este intitulado “Modalidade oral e Modalidade escrita da língua”, através do qual tecemos argumentações acerca das peculiaridades que são imanentes a essas duas vertentes.

Posteriormente destacamos o tópico “A oralidade e as práticas sociais a ela relacionadas”, o qual tende a vislumbrar a características que esta (práticas sociais) possui sobre a oralidade. Em seguida também destacamos o tópico intitulado “A escrita e as práticas sociais a ela relacionadas”, que tende a abarcar influências “sociais” acerca da escrita.

Em um outro momento fazemos a realização de uma pesquisa, intitulada “Textos jornalísticos em Análise: Código Escrito ou Código Oral?”, o qual fora embasado em duas reportagens extraídas de um jornal quinzenal da região Vale do Guaporé (M.T), sendo a primeira reportagem intitulada “Secretário Aposta em Melhorias na Educação.” E a segunda “Dengue causa preocupação na cidade”, que visa a observância dos desvios da língua padrão (escrita), seguida da presença marcante de aspectos orais.

De acordo com diretrizes aqui seguidas e expostas, o respectivo trabalho ampara-se em uma metodologia que compete: à observação, na análise documental (o jornal em si), e em amparato teórico.

O nosso objetivo, baseia-se em salientar a co-existência dessas duas vertentes da língua (Oralidade e a Escrita), ou seja, as suas semelhanças e diferenças no que concerne aos seus usos e atribuições dentro do contexto que remete aos textos jornalísticos aqui abordados e analisados.

Através deste trabalho, se pôde verificar que nem sempre textos jornalísticos, abarcam uma linguagem que demande “correção” no concerne ao uso das atribuições posta pela Língua Padrão, e que nós como leitores devemos nos manter “atento” aos mais sutis desvios que compete a Norma Culta.

1 TEXTOS JORNALÍSTICOS IMPRESSOS PERTENCEM AO CÓDIGO ESCRITO?

1.1 Modalidade oral e modalidade escrita da língua

Durante milhares de anos, a oralidade representou a principal forma de comunicação e transmissão de conhecimento. As necessidades cotidianas impulsionaram o surgimento da escrita: primeiramente a pictográfica, depois a ideográfica e, finalmente, a escrita alfabética – ação combinatória dos sons, que se tornou uma forma mais econômica e mais fácil de representação (cf. BAJARD, 1994), uma vez que o usuário não tem que memorizar um enorme número de sinais.

A escrita surgiu a partir da oralidade, para substituí-la quando esta não for possível devido à distância espacial e/ou temporal. Com o advento da escrita, surgiram estudiosos que conferem status (a escrita) em detrimento da oralidade, vendo esta como algo menor.

Numa sociedade letrada como a nossa, é premente a necessidade de saber transformar a substância fônica em gráfica e vice e versa, o que aponta para a inegável importância que o mundo tem atribuído à escrita. Pessoas de qualquer área, alfabetizadas ou não, se indagadas a respeito dessa necessidade afirmaria ser verdadeira, uma vez que para ser “alguém na vida” deve-se ter esse domínio. A prova dessa importância pode ser encontrada nas campanhas e nas lutas dos países em desenvolvimento para erradicar o analfabetismo e levar a população ao domínio da escrita. “Trata-se de uma perspectiva de extrema valorização dos aspectos positivos da

alfabetização, vista como passo central num processo de 'modernização' dos cidadãos" (GNERRE, 1998, p.44).

A alfabetização, seguida pelo domínio da escrita, se constitui em um medidor do IDH dos países. Isso mostra o status do código escrito, que, apesar de recente se comparado com a história da humanidade, goza de um prestígio que levou a oralidade a ser vista por uns como uma corruptela da escrita. Esse mesmo status acabou por dividir as sociedades em civilizadas ou não civilizadas de acordo com o fato de apresentarem cultura oral ou cultura escrita.

Esse menosprezo à língua oral levou muitos estudiosos a classificarem oralidade e escrita como códigos distintos quanto à forma e quanto à função, a começar pela substância que inclui a sonoridade e a grafia. A visão acerca da supremacia da escrita, leva Ong (apud KLEIMAN, 1995, p.31), a defender que a escrita altera os processos mentais favorecendo o exercício de operações abstratas e superiores. Contudo, mais modernamente, predomina a idéia de continuum tipológico.

A linguagem é um elemento imprescindível ao relacionamento humano, ou seja, todo ser humano tem necessidade de se comunicar com as pessoas que estão ao redor, de falar com elas, de lhes contar sobre as situações que acontecem. Portanto, essa necessidade aponta para as vantagens de estudar os dois códigos sem menosprezo por nenhum, pois oralidade e escrita, estão presentes em momentos diversos da vida e servem para transmitir conhecimentos. Oralmente, numa sala de aula, ou por meio de um livro, jornal ou revista; discutir atitudes, num sermão ou num periódico, ou ainda, colocar os seres em contato, seja na forma de um bate papo face a face, seja na forma de carta.

Observando a importância dos dois códigos, percebe-se a inoperância da discussão da supremacia de um sobre o outro sem que se considerem as intenções, os meios de que cada um dispõe e os objetivos de cada situação.

1.2A oralidade e as práticas sociais a ela relacionadas

A oralidade e a escrita, de acordo com Botelho (2005), já foram concebidas diversas vezes através de comparações grosseiras como sendo uma a transcrição da outra, ou sendo duas modalidades da língua que se distinguem por completo. Porém, como afirma o autor, “há mais semelhanças que diferenças entre essas duas modalidades lingüísticas (oralidade e escrita), apesar de cada uma delas possuírem características que as particularizam.” (p.02).

Atualmente, podemos perceber que há interação entre oralidade e escrita, e estas se tornam notáveis através de atividades interativas no que condiz ao contexto das práticas sociais e culturais. Desta maneira, será “fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário, “[...] pois, o que determina a variação lingüística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua” (MARCUSHI, 2003, p.16).

Dentre as características da oralidade estão presentes a imediatez, ou seja, sua forma momentânea e paliativa e também a presença do destinatário, o qual tende a retribuir ao emissor a sua resposta, geralmente seguida de espontaneidade e sem “marcações” no que condiz à gramaticalidade.

Na língua falada há coincidência no tempo de elaboração e produção, sendo que a maior parte da escolha tópica da conversa é feita durante a fala. Por isso, nela

aparecem as marcas da formulação e reelaboração como correção, paráfrase, hesitação, repetição, interrupção e digressão. Como o autor, na fala, não tem tempo para a elaboração esta aparece como fragmentada e descontínua (BARROS, 2004, p.60).

Entre a oralidade e a escrita, existem peculiaridades que lhe são iminentes, ou seja, escrever um texto é diferente de narrar oralmente um texto. De acordo com Tannen (1983 *apud* BOTELHO, 2005) “a linguagem oral depende quase que exclusivamente do contexto enquanto a linguagem escrita é descontextualizada”.

A língua oral apresenta recursos como entonação e ritmo, ou seja, quando falamos utilizamos recursos da linguagem não-verbal: gestos, expressões fisionômicas como riso, espanto, torcer de boca, mexer a sobrancelha etc. Ao utilizarmos a linguagem oral nós geralmente nos dirigimos a um interlocutor presente que interfere na conversa, interroga-nos, ajudando-nos a desenvolver o que narramos. Quando falamos, abusamos das repetições, dos silêncios, das gírias, do retomar a narração, mesmo interrompida pelo outro, o que não acontece na escrita, quando temos apenas a imagem desse interlocutor.

A oralidade, dentre as suas peculiaridades, se caracteriza pela utilização de frases mais curtas, devido à limitação da memória, ou seja, com frequência esquecemos o que estávamos falando, abusamos de conectivos, tais como “né, daí, aí, então, ali, que, usados com a intenção de reforçar e retomar o que estávamos narrando.” Além disso, os recursos contextuais e extralingüísticos servem para completar ou esclarecer o sentido da comunicação e tornam a língua falada mais alusiva do que a escrita.

Do ponto de vista gramatical, Andrade e Henriques (1999, p. 34) apresentam as seguintes características da língua falada: repetição de palavras, emprego de neologismos, maior uso de onomatopéias, emprego restrito de certos tempos e aspectos verbais, colocação pronominal livre, supressão de relativos (cujo, p.e.), frases feitas e chavões, anacolutos, frases inacabadas, formas contraídas, omissões de termos no interior das frases e predomínio da coordenação.

Contudo, não basta apenas examinarmos essas características para classificarmos um texto como pertencente à língua falada ou escrita. A maneira de instaurar a conversação é determinante para os estudos da oralidade, uma vez que esta é uma característica necessária, mas não suficiente de língua falada. A oralidade, segundo Marcuschi (2003, p.25), “seria uma prática social para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal a mais formal nos mais diferentes contextos de uso”. Já a fala, segundo o referido autor “seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral [...] sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato próprio do ser humano”. Um texto oral precisa atender alguns critérios para ser considerado língua falada: ausência de planejamento anterior, situação face a face, coincidência de lugar de produção e recepção. Essa coincidência de lugar leva a uso de mais palavras de referência e mais termos indicativos como *eu acho, em minha opinião*.

Ventola (1979, *apud* FÄVERO ET AL, 2002, p 16-7) apresenta um modelo com as seguintes variáveis da estrutura conversacional: tópico ou assunto (que mantém o canal entre os participantes), situação (encontro face a face), papéis dos participantes (os papéis sociais determinam a maneira de falar), modo do discurso (determinado pelo

propósito da interação), meio do discurso (canal de comunicação). Nota-se, portanto, por esse modelo que não são apenas os elementos lingüísticos que caracterizam a oralidade, a ausência de planejamento prévio é prevista pela condição de produção, o que significa, segundo Akinasso (1982), que “a língua falada e a escrita são diferentes porque elas diferem nos seus modos de aquisição, nos seus métodos de produção, transmissão e recepção; e nos meios nos quais os elementos de estrutura são organizados.”

A língua oral e a língua escrita possuem características que as particularizam, porém na sociedade atual, é notável que a “língua escrita” possui maior relevância quanto à oralidade, pois esta (língua escrita) é vista como sinônimo de obtenção de cultura, conhecimento e prestígio econômico. Apesar da pró-eminência da escrita na sociedade atual a oralidade é utilizada por camadas sociais geralmente menos favorecidas, para a transmissão daquela a qual denominamos de “cultura popular”. A oralidade continua a persistir como modo de comunicação de sociedades indiscutivelmente distintas e não-alfabetizadas, pois esta (a oralidade) se caracteriza pela realização mais informal nos mais variados contextos, principalmente aqueles que envolvem o cotidiano. A esse respeito, Marcuschi (2003) salienta:

[...] Parece que hoje redescobrimos que somos seres eminentemente orais, mesmo em culturas tidas como amplamente alfabetizadas. É, no entanto, bastante interessante refletir melhor sobre o lugar da oralidade hoje, seja nos contextos de uso da vida diária ou nos contextos de formação escolar formal. (p. 24)

Devemos lembrar que não apenas os não-alfabetizados usam a oralidade, mas todos os seres humanos, excetuando aqueles que apresentam problemas físicos.

Contudo, quanto maior for o grau de instrução, mais a fala tenderá a seguir o padrão escrito. Num primeiro momento de alfabetização, a escrita é pautada pela fala para posteriormente à fala ser pautada pela escrita.

Muitos traços característicos da oralidade estão ausentes na escrita, ou seja, na escrita não há a presença constante de repetições seguidos de redundância como na oralidade, tal fato impõe o dever de bem utilizá-los para que a linguagem oral seja boa e passível de compreensão. Tal fato impõe ao destinatário da mensagem oral a perspicácia ao emitir uma "mensagem oral", tais como atentar para o timbre de voz e entonação das frases. Câmara Junior salienta que:

[...] quem fala em público tem de atentar para o timbre de voz, para a altura da emissão vocal, para o complexo fenômeno que se chama entoação das frases, bem como saber jogar, adequadamente, com gestos do corpo, dos braços, das mãos e da fisionomia. (1986, p. 15)

Apesar de todas as características salientadas, uma língua pode apresentar diferenciações regionais, culturais e sociais, ou seja, as experiências históricas de um determinado grupo, a fala, como esse grupo se constitui, como é o seu trabalho, como ele está socialmente organizado, pode vir a influenciar diversos setores da sociedade, como por exemplo, na fala de um "pescador" e de um "executivo", pois ambos pertencem a grupos e contextos sociais diferentes, onde ambos em sua fala procurarão salientar experiências que lhe são imanentes.

Essas diferenças nas experiências, na história, nos valores, são marcadas pela linguagem. Pessoas falam de formas diferentes, mas nem por isso deixam de dizer ao

outro o que pretendem, pois veicular a experiência, a história de vida do grupo que a usa; faz parte de seu cotidiano.

Apesar de a oralidade representar a fala de grupos sociais diversificados, a escrita com relação a esta possui uma importância extraordinária, porém não devemos perder de vista, que a expressão oral é mais antiga e mais básica do que aquela (escrita).

1.3 A escrita e as práticas sociais a ela relacionada

A escrita pode ser definida como “um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracterizaria por sua constituição gráfica, embora envolva também recursos de ordem pictórica (MARCUSHI, 2003, p.26). A escrita, nas condições em que nos encontramos inseridos na sociedade, elevou-se a um “status”, ou seja, simboliza educação, desenvolvimento e poder. Tornou-se um bem social de uma civilização.

Porém isto não significa que a escrita seja superior à oralidade e que esta pode ser tida como uma representação da fala; pois ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, formais e informais como podemos constatar cotidianamente. A esse respeito Marcuschi (2003, p.17) salienta “Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas lingüísticos nem uma dicotomia”.

Sabemos que, indistintamente, todos os povos tiveram tradição oral, o que Marcuschi chama de “primazia cronológica” indiscutível da língua oral sob a escrita. No entanto, as “práticas sociais” que envolvem a língua escrita e falada no que concerne a determinadas sociedades, que se encontram participativa de inovações intelectuais e tecnológicas não param de aflorar cotidianamente, como por exemplo, os bate-papos via internet. Marcuschi enfoca que

[...] questão tão discutida das comunicações escritas ditas “síncronas”, ou seja, em tempo real pela *Internet*, produzidas nos famosos bate-papos. Temos aqui um modo de comunicação com características típicas da oralidade e da escrita, constituindo-se, esse gênero comunicativo, como um texto *misto* situado no entrecruzamento de fala e escrita. (2003, p.18).

Esse novo tipo de comunicação vista como “síncrona”, constitui em uma nova forma de nos relacionarmos com a escrita, mas não propriamente uma nova forma de escrita como afirma Marcuschi (2003), ou seja, a “simultaneidade temporal da fala” é possível na prática da escrita à distância, pois o uso da escrita é inerente ao usuário do computador. O computador constitui em um instrumento para a passagem deste novo tipo de comunicação oral tida como simultânea.

Mas mesmo nas comunicações “síncronas” a escrita não apresenta as mesmas características da oralidade, uma vez que ninguém escreve como fala. Na verdade, a escrita não é a reprodução gráfica da fala. Na linguagem escrita, o contato entre quem escreve e quem lê acontece indiretamente e, por ser mais abstrata, “é mais refletida, exige grande esforço de elaboração e obediência às regras gramaticais. Seu vocabulário é mais apurado e é, por natureza, mais conservadora [...], menos econômica e mais precisa” (ANDRADE E HENRIQUES, 1999, p. 34). Como o escritor

tem mais tempo para formulação e reformulação, a escrita apresenta-se com unidades mais longas e complexas, e o texto apresenta-se como algo acabado, pois existe a possibilidade de apagar os erros, evitar repetições, hesitações, entre outras marcas da fala.

Do ponto de vista gramatical, pode observar as seguintes características na escrita, segundo os autores supracitados: vocabulário rico e variado emprego de sinônimos, emprego de termos técnicos, vocábulos eruditos, substantivos abstratos, emprego do mais-que-perfeito, subjuntivo, futuro do pretérito, colocação pronominal de acordo com a gramática, emprego de pronomes relativos, variedade na construção das frases, sintaxe bem elaborada, frases bem construídas, clareza na redação, sem omissões e ambigüidades, emprego de coordenação e subordinação. Percebe-se, assim, que, na língua escrita, o grau de adesão à gramática normativa é bem maior, bem como a preocupação com a clareza, além da riqueza vocabular.

O entendimento do texto escrito não depende apenas do conteúdo semântico, mas da percepção das marcas de seu processo de produção. De acordo com Fávero (2002, p. 25), "essas marcas orientam o interlocutor no momento da leitura, na medida em que são pistas lingüísticas para a busca do efeito de sentido pretendido pelo locutor". A escrita costuma ser pautada pelo padrão, por isso não serve como fator de identidade cultural e não é estigmatizadora.

Quanto à presença de escrita, esta se evidenciou tardiamente em relação à oralidade, no que concerne ao surgimento da prática oral em dada sociedade. No entanto, a escrita permeia diversos âmbitos institucionais tais como: trabalho, escola, o dia-a-dia familiar, vida burocrática e atividade intelectual; vindo a interagir e conseqüentemente influenciar aqueles que se encontram a mercê da escrita, tais como

os “analfabetos”, pois estes (analfabetos) através de seu cotidiano se vêem impulsionados a fazer certas “adaptações” geralmente seguidas de oralidade, devido ao não domínio da escrita, para poder sobressair em dadas situações que o cotidiano oferece, tais como ler um cartaz ou um outdoor e etc.

Como averiguamos, a escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana em paralelo direto com a oralidade. Desta forma, é imprescindível que a instituição escolar se adequasse às relações de escrita e contexto social para a melhor apreensão por parte dos educandos.

Condizente ao contexto social abordado, os usos/papéis seguidos da apropriação/distribuição da escrita e oralidade, citado por Marcuschi (2003, p.20), podem averiguar que pouco se sabe sobre a influência e penetração da escrita na sociedade, pois, todos aqueles que se encontram inseridos em uma dada sociedade está sob influência da escrita em seu desempenho lingüístico; incluindo desta maneira aqueles ditos “letrados” e “iletrados”.

Não se sabe, de acordo com Marcuschi (2003, p.21), que tipos de “gêneros textuais” (orais e escritos) estão em uma situação de suscetibilidade quanto aos contextos e domínios discursivos tais como (família, escola, trabalho e sociedade); ou seja, apenas podemos constatar como afirma Marcuschi que “[...] fala e escritas são atividades comunicativas e práticas sociais situadas, segundo em ambos os casos têm um uso real da língua.”

Seguramente, podemos verificar de acordo com Marcuschi (2003), que na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis, ou seja, é através destas duas vertentes que podemos nos respaldar tanto em um contexto oral como escrito, pois ambas trazem em seu interior características que possibilita o seu

uso nos mais diversificados contextos comunicativos, devido a sua capacidade de intercruzamento no que se refere ao ato de falar e escrever, ou seja, quando se fala e escreve pode ocorrer simultaneidade entre a oralidade e a escrita.

Entretanto, o domínio do código escrito no que se refere à obtenção de conhecimento, torna-se um aspecto preocupante ao Estado, pois para este, pode ser útil ou não a obtenção da escrita às camadas da sociedade; pois a utilidade da escrita não vem ao encontro aos objetivos do Estado, caracterizando o que Marcuschi denomina de fenômeno "ideologizável". (2003, p.24).

A linguagem humana se encontra dentro de um contexto social, pois a partir do momento em que o indivíduo faz uso e toma posse da linguagem, ou seja, falando oralmente ao próximo (língua oral) ou mentalmente a si mesmo; ele estará dispendo da língua materna, a qual estará servindo de apoio a todo o seu trabalho de atividade mental e comunicativa. Tal processo tende ao aperfeiçoamento da capacidade de pensar, escrever e comunicar o que desencadeará no essencial proveito do ensino que nos é ofertado.

A sociedade humana é uma consequência da posse da linguagem, pois dela depende a troca de idéias e pensamentos. Para que possamos utilizar uma "boa linguagem" (oral ou escrita) devemos desempenhar o nosso papel de indivíduos humanos e membro de uma sociedade humana, ou seja nos assumirmos como seres pensantes, articulado, concatenado e nítidos. A esse Câmara Junior salienta:

[...] cada um de nós tem de saber usar uma boa linguagem para desempenhar o seu papel de indivíduo humano e de membro de uma sociedade humana. Não se pode admitir que um instrumento tão essencial seja mal conhecido e mal manejado; [...] (1986, p.10).

A linguagem escrita deve se pautar como via de regra na nitidez e no rigor da expressão do pensamento e também na precisão lógica da exposição lingüística. Além do cuidado da correção gramatical, pois esta evita que se afronte um sentimento lingüístico enraizado decorrente de meras convenções mais ou menos arbitrárias", como é sugerido por Mattoso Câmara Junior (1986,p.12)

Quanto à precisão lógica da exposição lingüística sugerida anteriormente, esta deve resguardar antes de tudo na composição, que consiste em bem ajustar e concatenar os pensamentos para que essa possa se efetivar como algo puramente bem escrito.

A exposição escrita decorre de grande número de regras e orientações gramaticais para que essa comunicação possa ser plenamente eficiente na ausência forçada de muitos recursos, tais como visuais e gestuais que complementam a até consubstanciam a linguagem oral.

Acreditamos que não se pode definir a língua escrita como um mero aglomerado de propriedades formais, imune a influências da linguagem oral, de cujas propriedades se distinguem completamente; pois como afirma Botelho (2005) "ambas não são estanques, elas selecionam seus itens de um mesmo sistema de possibilidades lingüísticas da língua, que lhes serve como fonte de alimentação as produções dos seus falantes e dos seus escritores. (p.12).

Dentre as características imanentes à oralidade e a escrita, constatamos que essas duas modalidades não constituem uma dicotomia e muito menos como sendo uma transcrição da outra.

Neste caso, acredita-se que poderia haver uma certa primazia da escrita sobre a fala, pois o ouvinte acharia mais desorganizados os enunciados que não se

aproximassem do estilo escrito e o ouvinte só editaria os enunciados que poderiam ser passíveis de tal editoração. Esta (editoração), de acordo com Marcuschi (2003) , “Não é uma adaptação à escrita e sim uma forma de proceder na formulação oral, pois o fenômeno observado se dá tanto entre indivíduos letrados e não-letrados” (p.59)

Como é passível de observação não há a existência de primazia entre a oralidade e a escrita, pois ambas possuem suas características e peculiaridades, ou seja, cada uma destas, dentro de um determinado contexto possuirá a sua relevância no que condiz a sua respectiva utilização, seja em bate-papo informal ou em texto escrito formal.

2 TEXTO JORNALÍSTICO EM ANÁLISE: CÓDIGO ESCRITO OU CÓDIGO ORAL?

O homem no mundo atual precisa estar bem informado, pois inúmeros fatos acontecem, em todo lugar, a cada instante e nas mais diversas circunstâncias. Como podemos estar bem informados? Acompanhando as notícias pela TV, ouvindo-as pelo rádio, pela Internet ou lendo o jornal.

O jornal é um periódico que, além de dar a notícia, traz também uma série de comentários e análises sobre os acontecimentos do dia-a-dia. É composto de textos pensados, e produzidos para serem transmitidos por escrito. Grandes jornais como "Folha de São Paulo" ou "O Estado de São Paulo" lançam manuais de redação para nortear o trabalho de seus jornalistas e nesses jornais há revisor e um profissional para receber as críticas que não raramente dizem respeito a desvios da chamada norma padrão escrito. O leitor que não presta atenção à modalidade usada na fala dificilmente é maleável com desvios gramaticais em um jornal.

Para Perini (1995, p. 24), o padrão escrito pode ser encontrado em textos técnicos e jornalísticos em geral, pois a linguagem nos textos apresenta grande uniformidade gramatical e examinando os textos neles contidos, é possível perceber um padrão altamente uniforme no país.

Desse modo, os leitores de qualquer parte do país teriam acesso a jornais com a mesma qualidade de escrita. Como nem todos os leitores têm acesso a esses jornais de circulação nacional, assinam jornais da região em que moram.

Para verificar se realmente existe essa uniformidade no que diz respeito à escrita, passarei a analisar um periódico Jornalístico quinzenal da região "Vale do Guaporé" (do Estado de M.T), e através deste, procurarei verificar se o mesmo tende a comportar textos escritos em consonância com o que o leitor espera de um jornal, e também se este se evidencia como um texto com todas as marcas de "texto escrito" ou apresenta "marcas da oralidade".

A escrita, no que concerne a "textos jornalísticos impressos", se evidencia pela relevância da gramaticalidade seguida pelas concordâncias que abarcam na formação de um texto coerente e coeso no que se refere à sua elaboração. No presente trabalho, procurarei averiguar nos textos jornalísticos intitulados "*Secretário aposta em melhorias na Educação*" e "*Dengue causam preocupação na cidade*", se há ocorrências de marcas da oralidade e se estas tendem a perfazerem a estética destes textos.

O primeiro texto jornalístico aqui trabalhado corresponde a uma entrevista feita a um dado Secretário de Educação. No texto analisado, há aspas marcando a citação literal da fala do secretário e textos fora das aspas, marcando a fala do redator. Como um texto foi falado e o outro escrito em um momento posterior, com tempo para revisão e correção, seria de esperar que ambos apresentassem características diferentes do ponto de vista léxico-gramatical.

Quanto ao segundo texto jornalístico, este corresponde a uma entrevista concedida por uma agente ambiental. Para observar esses aspectos, farei análise da composição dos textos fora das aspas e dos marcados por aspas, verificando se as estruturas sintáticas, morfológicas e semânticas são diferentes.

A oralidade e a escrita são dois fenômenos inerentes ao ser humano, e entre elas há mais semelhanças do que diferenças, apesar de cada uma delas possuírem

características que as particularizam. As linguagens oral e escrita não ocupam as extremidades de uma linha reta, ou seja, não são dicotômicas. De acordo com Botelho in Marcushi (2005) "a oralidade e a escrita devem ser analisadas como duas práticas discursivas cujas diferenças e semelhanças se dão ao longo de um contínuo tipológico, em cujas extremidades se situa de um lado o grau máximo de informalidade e de outro, o grau máximo de formalismo." (p.02)

Portanto acreditamos que quando dois gêneros textuais são semelhantes e se dão ao longo de um contínuo tipológico, ocorrerá uma certa isomorfia entre eles, o qual será mais acentuada nos textos dos indivíduos que tem um contato constante com a escrita e a oralidade, isto é, quanto maior for a prática do escrever e do falar, maior será a semelhança entre a escrita e a fala. Daí a crença na influência de uma sobre a outra. Mas, na fase inicial, é a escrita que recebe influência da fala, dando início a um ciclo de simulações contínuas." (p. 02).

De acordo com Andrade e Henriques (1999) "na língua falada, além da restrição do vocabulário, não há grande preocupação com regras gramaticais de concordância, regência e colocação, nem com a clareza das construções sintáticas" (p.35). Podemos perceber que nos textos jornalísticos aqui salientados e que se caracterizam "supostamente" como textos formais, tendem a seguir estas características, ou seja, não priorizam regras gramaticais, concordâncias verbais e nominais, além de trazer em seu interior a simplicidade da escrita.

O que chama a atenção logo na primeira leitura do texto do jornal intitulado "Secretário aposta em melhorias da Educação" é a ausência da pontuação, que, talvez, seja uma das marcas mais importantes da escrita, uma vez que não pontuamos na fala. De acordo com Mesquita (2002), os sinais de Pontuação "são recursos gráficos próprios

da linguagem escrita. Embora não consigam reproduzir toda a riqueza melódica da linguagem oral, eles estruturam os textos e procuram estabelecer as pausas e as entonações da fala" (p.471).

O uso de vírgulas exige domínio de quem escreve, pois servem para demarcar unidades sintático-semânticas. Observamos, neste trabalho, apenas o uso consensual entre os gramáticos e descartamos os usos que sofrem variação de um manual gramatical para outro.

No primeiro e no último parágrafo do texto supracitado, há ausência de vírgula para separar uma oração subordinada adverbial anteposta, *ao fazer uma avaliação das atividades da sua secretaria no ano de 2006*, que se encontra entre aspas e *Ao finalizar*, que se encontra foras das aspas. No segundo e no terceiro parágrafo, os adjuntos adverbiais *a partir da administração atual* e *a partir deste ano letivo*, que se encontram fora das aspas, não apresentam vírgulas, configurando um desvio da regra que manda separar os adjuntos adverbiais deslocados. Exemplificando desvio em relação à exigência de separar por vírgula os adjuntos adverbiais antepostos, há *Em 2005*, no início do terceiro parágrafo.

Podemos perceber com isso que a tentativa de transformar um texto oral, falado pelo secretário de educação, em texto escrito não foi bem sucedida, uma vez que não segue as regras de pontuação que caracterizam esse tipo de texto.

Quanto ao segundo texto jornalístico intitulado: "*Dengue causa preocupação na cidade*" observamos o uso deslocado da vírgula no último parágrafo do mesmo. A vírgula se caracteriza de acordo com Mesquita (2002), como sendo "um sinal destinado a marcar pausa de breve duração entre os termos da oração e entre orações de um mesmo período" (p.472).

O uso deslocado da vírgula no texto em análise se evidencia porque a vírgula vem antes da conjunção “e”, o qual tende a caracterizar em um desregramento, pois Mesquita (2002), afirma que haverá o uso da vírgula antes da conjunção “e” “quando essa conjunção aparecer repetidas várias vezes no período assumindo valor enfático” (p. 474). Na passagem a seguir extraída do texto em questão, verificamos tais constatações:

“(...) informou que em todos os bairros da cidade existem focos e que está sendo feita a totalização das notificações através da Vigilância Sanitária para se obter dados mais concretos sobre os índices atualizados, e ao finalizar a enfermeira salientou que três casos de dengue hemorrágicas foram registrados, mas que foram devidamente tratados, e os pacientes já se encontram (...)”.

Como podemos constatar, o uso da vírgula na passagem anteriormente citada não condiz com a regra exposta aqui por Mesquita (2002), ou seja, não há repetições seguidas da conjunção “e” no que condiz ao valor enfático, para que se efetive o uso da vírgula, caracterizando em uma desarticulação ao emprego da mesma.

Uma outra característica de texto escrito diz respeito à observação da concordância verbal e nominal. A Concordância, de acordo com Mesquita (2002), “é a harmonia de flexão das palavras de uma frase. O autor ainda enfatiza que “ Na *concordância nominal*, um adjetivo-ou termo de valor adjetivo (pronome, numeral, artigo) – concorda em gênero e número com o substantivo. (p. 501, grifos do autor). No primeiro texto jornalístico aqui salientado podemos observar que no segundo parágrafo, não ocorre há observância desta regra sintática, no que se refere à Concordância nominal, ou seja, o substantivo “núcleo” presente no segundo parágrafo deveria de acordo com a regra gramatical aqui exposta, concordar com o pronome demonstrativo

“estes”. Como se observa nesta passagem extraída do texto: “ Realizamos estes núcleo até porque o número de alunos da rede (...) .

Nesta passagem anteriormente citada, percebemos que não ocorre a concordância nominal salientada aqui por Mesquita (2002), ou seja, a frase fica sem sentido, pois esta, não tende a seguir as “regras” expostas pela Gramática Normativa”.

Quanto ao último parágrafo do texto “Secretário aposta em melhorias na Educação”, não há presença de Concordância Verbal, esta última de acordo com Mesquita (2002), se evidencia quando “o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito a que se refere” (p. 501). Ou seja, o verbo “será” e “aberta” não concorda com o sujeito “As outras duas fases do ensino fundamental e séries iniciais”, como se observa no trecho extraído do texto em análise: “ As outras duas fases do ensino fundamental e séries iniciais no período da tarde e a noite *será aberta* a educação de jovens e adultos (grifos nossos). Desta forma na passagem anteriormente citada esta tende a acarretar em uma desarticulação no que concerne a compreensão do texto em sí, pois as estruturas sintáticas do texto jornalístico não tendem a seguir às regras estabelecidas pela Gramática no que concerne a concordância verbal expostas por Mesquita (2002), e tal fato tende por sua vez, a comprometer a compreensão da frase, do parágrafo e do texto como um todo.

No texto anteriormente supracitado, se constata a presença de linguagem coloquial, ou seja, linguagem esta influenciada por “marcas orais” que tendem a basear-se na não observação das regras gramaticais posta pela Gramática Normativa, como se segue no exemplo retirado do texto: “Tudo isso foi acompanhado bem de perto e percebemos a necessidade de entrarmos mais a fundo na parte pedagógica, (...) ”. (grifos nossos). De acordo com Mesquita (2002), a Linguagem Coloquial ou norma popular “E linguagem que

empregamos em nosso cotidiano, em situações sem formalidade, com interlocutores que consideramos “iguais” a nós no que diz respeito ao domínio da língua. “ (p. 18). Como podemos constatar, no texto jornalístico aqui em estudo, ocorreu a presença de linguagem coloquial, ou seja, uma linguagem onde geralmente não há preocupação na forma de falar “certo” ou “errado”, pois esta se evidencia como uma linguagem intimista e diária. Contudo, o texto jornalístico em si deveria se pautar em uma linguagem mais rebuscada, elaborada e que procurasse seguir os pressupostos da Norma Culta ou Norma Padrão, tão enfatizada e priorizada em nossa sociedade.

No segundo texto do jornal aqui em análise, observamos questões acerca da ausência da utilização da Preposição no último parágrafo do mesmo. Quanto a Preposição Mesquita (2002) afirma que esta é “Uma palavra que liga duas outras explicando-as, complementando-as ou, ainda estabelecendo relações entre elas”. (p.360).

Entretanto na passagem do último parágrafo do texto jornalístico aqui em estudo, se percebe que o “sentido” do mesmo não condiz com a estruturação esperada , pois há a necessidade da utilização da preposição “em” para que haja uma compreensão mais efetiva do período e respectivamente do texto. A frente poderemos vislumbrar a passagem extraída do texto aqui analisado e intitulada “Dengue causa preocupação na cidade”: “ (...) e ao finalizar a enfermeira salientou que casos de dengue hemorrágicas foram registrados, mas que foram devidamente tratados, e os pacientes já se encontram suas respectivas residências (...)” .

Como é notório, na passagem anteriormente extraída do texto do jornal em análise, não há a presença da Preposição Essencial “em”, ou seja, esta preposição

deveria estabelecer relação entre o termo regente (os pacientes) e o termo regido (residências) para que viesse se efetivar a exímia colocação da mesma.

Quanto à coerência e coesão, esta constitui fatores básicos de textualidade. Em particular, na entrevista cedida pelo secretário de educação e aqui em análise Este texto, não tende a seguir tais diretrizes, ou seja, há passagens que não há o estabelecimento de “relações textuais”, tais como: morfológicas, sintáticas e semânticas; contribuindo desta maneira para o não “entendimento do texto” por parte do leitor. Na passagem a seguir se constata a existência destes fatores aqui salientados“ (...). As outras duas fases do ensino fundamental e séries iniciais no período da tarde e a noite será aberta a educação de jovens e adultos.(grifos nossos).”

De acordo com Fávero (2002), “A coesão revela-se, às vezes, por meio de marcas formais na estrutura lingüística, manifestando-se na organização seqüencial do texto e sendo percebida na superfície textual em seus aspectos léxicos, sintáticos e semânticos; (...) “ (p. 31). Desta forma verificamos que não tende a evidenciar no trecho anteriormente citado a presença de coesão e coerência, ou seja, não uma articulação entre as palavras expostas, caracterizando desta forma na existência de não consonância entre as mesmas.

De acordo com Mesquita (2002), os pronomes “indicam uma pessoa do discurso, ou seja, uma pessoa dentro do ato de comunicação” (p.233). Quanto ao Pronome Pessoal Reto e ao Pronome Pessoal Obíquo, o primeiro “desempenha as demais funções (complemento de verbo, adjunto de nome, etc)” (p. 234).

No texto jornalístico aqui analisado e intitulado “Dengue causa preocupação na cidade”, observamos a presença de um Pronome Pessoal Oblíquo “nos”, o qual indica uma ação mútua, pois, indica reciprocidade de ação” . (p. 237). Entretanto a colocação

desse pronome está descontextualizada, ou seja, seria necessário que substituísse o Pronome Pessoal Reto, em específico “nos” para que se efetivasse a concordância pronominal. Na passagem extraída do texto em análise se verifica esta dissonância: “Aqueles que não podem se locomover até a unidade de Saúde para efetuar a coleta de material para exames nos deslocamos até a sua residência, (...)”.

Portanto, como foi possível observar, na passagem anteriormente citada, o emprego do Pronome Pessoal Oblíquo “nos” não condiz com o sentido expresso pelo período pertencente ao texto jornalístico. Tornando-se necessário a substituição e adequação de um Pronome Pessoal Reto “nós” em um primeiro momento, acompanhado do Pronome Pessoal Oblíquo, para que viesse a ocorrer a efetivação da concordância no que concerne a colocação pronominal.

Sabemos que o uso do “artigo” precede o substantivo e ocorre geralmente em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte, ou seja, de acordo com Neves (2000) “O uso do artigo é, pois, extremamente dependente do conjunto de circunstâncias, lingüísticas ou não, que cercam a produção do enunciado” (p. 391 grifos do autor).

No texto correspondente a entrevista do secretário de Educação; observamos que há passagens, onde o uso do “artigo” acompanhado do substantivo se encontra “solto”, ou seja, não há uma referência entre as informações postas, caracterizando desta maneira em marcas que remetem à oralidade. Essa constatação é perceptível quando o entrevistado faz alusão à “as ações” posta no decorrer da entrevista, pois esta em momento algum, é salientada ou contextualizada para que ocorra a sua efetiva utilização, deixando pairar no campo semântico do respectivo texto, dúvidas acerca da sua colocação. Como é observável na passagem retirada do texto: “Em 2005 foram

... ..

1950 年 10 月 1 日

مجلسه اول

- 5 -

• •

• • •

1

repassados aos professores dois abonos oriundos do Fundef, e que a partir deste ano letivo o município irá trabalhar com o FUNDEB. "Isso automaticamente nos leva a pensar em ampliar as ações para a educação infantil, e de jovens e adultos, (...)" (grifos nossos).

Portanto, nesta passagem, percebemos que o *artigo* acompanhado do substantivo "as ações", não traz referências anteriores para que se realize a sua efetivação no período, ou seja, no período em momento algum se fez alusões acerca de que tipo de "ações" o texto está se referindo. Em Neves (2000) este afirma que "o uso do artigo é extremamente dependente do conjunto de circunstâncias", como fora salientado anteriormente, ou seja, é necessário que se contextualize o respectivo artigo precedido de substantivo para que o período ou frase tenha sentido.

Quanto aos tempos verbais, constatamos no último parágrafo da entrevista cedida pelo Secretário de Educação, a co-existência de dois tempos distintos, ou seja, sendo o primeiro tempo verbal pertencente ao "Presente" do Indicativo, e o segundo ao "Pretérito Perfeito" do Indicativo. De acordo com Mesquita (2002), no que concerne ao modo Indicativo "o indicativo apenas declara o fato como sendo certo, mesmo que ainda não tenha ocorrido ou que venha ocorrer num tempo indeterminado e incerto. (p. 299).

A seguir, na passagem extraída do texto analisado, podemos verificar a existência destes dois tempos verbais: "Ao finalizar Henrique afirma que a escola da comunidade de São Fabiano se chamará Centro Educacional Municipal 12 de Outubro (CEMDO) e ênfatizou que a escolha foi feita de forma democrática e muito ordeira (...)" (grifos nossos)

Como se pôde constatar, o texto traz no último parágrafo, as duas formas verbais (Presente do Indicativo e Pretérito Perfeito do Indicativo). A primeira forma verbal de acordo com Mesquita (2002), pode vir a exprimir várias circunstâncias, dentre elas "um

fato atual, que ocorre no momento da fala" (p.299). E a segunda forma verbal " Pretérito Perfeito" "emprega-se (...) para exprimir um fato já concluído no momento da fala." (p.300).

Contudo, percebemos que no último parágrafo do texto em análise, há existência de tempos verbais distintos, fato este que não vem ao encontro da regra gramatical, pois de acordo com a Gramática Normativa exposta por Mesquita (2002) o emprego dos tempos verbais devem se pautar na concordância do primeiro tempo verbal com o subsequente tempo verbal.

Quanto à acentuação, esta corresponde ao estudo da Ortofonia, ou seja, "é a parte da gramática que estuda a pronúncia correta das palavras e frases, segundo os padrões da língua culta". (Mesquita, 2002, p.96).

No texto jornalístico aqui analisado e intitulado "Dengue causa preocupação na cidade", constatamos no primeiro parágrafo que não há presença de acentuação em específico na palavra "tem" o qual tende a estar pluralizado, como se verifica na passagem extraída do respectivo texto: " (...) , de acordo com profissionais da Saúde que tem intensificado as ações no sentido de conter a proliferação da doença, (...)".

Como é passível de verificação, constatamos que o verbo "ter", deveria concordar com os sujeitos "profissionais da Saúde", pois este último se evidencia pela pluralidade, ou seja, este verbo em específico, deveria vir acentuado, pois o mesmo corresponde até então a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo, o qual se deve atribuir acento circunflexo, para que se efetive a pluralidade.

Como foi perceptível na passagem extraída do texto em análise, verificamos que houve uma distorção no que concerne à questão fonética e gramatical do texto em

análise, pois é notório que neste trecho há presença de desvios de Ortofonia, no que condiz às atribuições da Língua Portuguesa.

No texto jornalístico anteriormente supracitado, as Figuras de Linguagem de acordo com (Mesquita, 2002) “servem, (...) , para atribuir novo tom ao pensamento, dando-lhe mais vigor, trazendo mais colorido e graça à nossa comunicação e expressão. “ (2002, p.557).

Neste texto em questão, ocorre a presença de uma Figura de Linguagem denominada “Anástrofe”, esta, figura de acordo com Mesquita (2002), “ocorre quando se altera a ordem normal da frase ou do enunciado, provocando a inversão dos termos da oração, geralmente o sujeito e o predicado” (p.563). Condizente ao texto aqui salientado pode verificar no primeiro parágrafo a constatação da Figura de Linguagem supracitada, como se segue: “O quadro da dengue em Pontes e Lacerda é preocupante, de acordo com profissionais da Saúde que tem intensificado as ações (...)”.

Quanto ao exemplo citado, percebemos que ocorre a efetivação da Figura de Linguagem Anástrofe, pois a passagem do texto “de acordo com profissionais da Saúde que tem intensificado as ações” deveria preceder a passagem “O quadro da dengue em Pontes e Lacerda é preocupante”, pois, a primeira expressão aqui salientada, condiz ao sujeito da oração e a segunda por sua vez ao predicado. E de acordo com Mesquita (2002) “As Figuras de Construção ou de sintaxe que abarcam a Anástrofe, são assim denominadas porque apresentam algum tipo de modificação na estrutura da oração”.(p.564)

Percebemos, no entanto que se efetivou na passagem aqui analisada e extraída do texto do jornal a “Anástrofe”, e esta por sua vez tende a caracterizar-se em um

“estilo” utilizado pelo redator do jornal, talvez com intuito de “diferenciação” no que concerne ao estilo da escrita.

As características que concernem à oralidade, presentes nos textos jornalísticos “Secretário aposta em melhorias na Educação” e “Dengue causa preocupação na cidade”, tendem a perfazerem a estética do mesmo, ou seja, há uma inexistência de conexão entre o que seria “ideal” de esperar de um periódico jornalístico e o que está posto. Estes textos em questão repercutem em seu interior, “desvios” quanto à gramaticalidade que abarcam tanto em “desvios” morfológicos, sintáticos e semânticos, caracterizando desta maneira em algo amplamente desconexo, pois estes textos não tendem a perfazerem a estética da Língua Escrita, língua esta pautada na Norma Culta da Língua Portuguesa.

Considerações Finais

Conforme se pôde observar, tanto a escrita como a oralidade, trazem em seu interior peculiaridades que lhes são iminentes. Entretanto essas duas modalidades não tendem a consistir em uma dicotomia, pois ambas se inter cruzam no que se refere ao conjunto das práticas sociais, ou seja, tanto a oralidade como a escrita, são dois fenômenos inerentes ao ser humano, apesar de possuírem características muito similares, as duas modalidades também possuem as suas particularidades.

A partir da análise proposta dos textos jornalísticos intitulados “Secretário Aposta em Melhorias na Educação” e “Dengue causa preocupação na cidade” aqui salientada, podemos verificar que ocorre uma presença maior da oralidade em detrimento da escrita, ou seja, caracterizando em “desvios” no que condiz à utilização da Norma Culta.

No entanto, acreditamos que a presença desses “desvios”, nos textos aqui analisados tendem por ventura a comprometer o “sentido”, no que se refere ao nível semântico, morfológico e sintático, acarretando em deturpações no entendimento do texto por parte do leitor.

Desta forma, compreendemos que a “presença” e o “domínio” do nível escrito no que concerne a elaboração de um texto jornalístico é essencial para o seu respectivo entendimento, pois este, caracteriza-se inicialmente como sendo referência à obtenção e presença no nível Gramatical Normativo, tão priorizado pela sociedade atual.

Handwritten text, possibly a signature or name, located in the upper right quadrant of the page.

Small handwritten mark or signature located in the lower left quadrant of the page.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maria Margarida de. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores/ Maria Margarida de Andrade, Antônio Henriques. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

BAJARD, Elie. Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito. São Paulo: cortez, 1994. (Coleção questões de nossa época; v. 28)

BARROS, Diana Luz Passo de. Entre a fala e a escrita: algumas posições intermediárias. In: PRETI, Dino (org). Fala e escrita em questão. 2. ed, São Paulo: Humanitas, 2001.

Botelho, J. M. Entre a Oralidade e a Escrita um Contínuo Tipológico” ([www.Viiicnlf/anaais/caderno 07 –05 html](http://www.Viiicnlf/anaais/caderno%2007-05.html)).

_____. O isomorfismo entre as modalidades da língua. Cadernos do CNLF, ano VII, n. 7 Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2003, p. 157-77. ([www.Viiicnlf/anaais/ caderno 07- 16. html](http://www.Viiicnlf/anaais/caderno%2007-16.html) 2004).

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. 1904-1970. Manual de expressssão oral e escrito / por J. Mattoso Camara Jr. Petrópolis, Vozes, 1986. 168p.

FAVERO, Leonor Lopes et al. Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna /.Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira Andrade,Zilda Gaspar Oliveira de Aquino.- 3.ed.- São Paulo: Çortez, 2002.

KLEIMAN, Angela B. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das letras, 1995. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.

MARCUSHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização/ Luiz Antônio Marcuschi- 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. São Paulo: Atica, 1995.

TERRA, Ernani. Minigramática Ernani Terra XYZA. São Paulo, Scipione, 6ª edição, 1998.

URBANO, Udinilsom. A dinâmica do texto oral. IN: CAMPOS, Odete G. L. A. de Souza e NASCIMENTO, Edna F. S. (orgs) Tendências atuais no estudo da língua falada. Ano VI, n.2 Araraquara: Unesp, 1992.

ANEXOS

Readequações serão realizadas para que não tenha perda no FUNDEB

Secretário aposta em melhorias na Educação

O secretário de Educação, Henrique Moura ao fazer uma avaliação das atividades da sua secretaria no ano de 2006, disse que os trabalhos evoluíram muito, vários projetos foram desenvolvidos, mas o foco principal são as horas atividades, avaliações. "Tudo isso foi acompanhado bem de perto e percebemos a necessidade de entrarmos mais a fundo na parte pedagógica, temos trabalhado muito na questão da estruturação da rede".

Henrique ressalta que quando a atual gestão assumiu, a secretaria contava apenas com 840 alunos em escola unidocente, e que, a partir da administração atual vários núcleos escolares foram feitos. "Realizamos estes núcleo até porque o número de alunos da rede aumentou consideravelmente, passando para dois mil assistidos pela rede, aumentando com isso o mercado de atuação aos profissionais da Educação".

Em 2005 foram repassados aos professores dois abonos oriundos do FUNDEF, e que a partir deste ano letivo o município irá trabalhar com o FUNDEB. "Isso automaticamente nos leva a pensar em ampliar as ações para a



Henrique Moura - secretário municipal de Educação

educação infantil, e de jovens e adultos, e é dentro desta perspectiva que iremos trabalhar para chegarmos a dois mil e quinhentos alunos assistido pelo município".

O secretário disse ainda que readequações serão realizadas para que não se venha ter perda no FUNDEB, e já pensando nisso é que se está construindo uma escola na comunidade de São Fabiano. "Inclusive realizamos no último dia 24 o plebiscito para escolher o nome desta extensão da Escola Dona Lilá Rio de Souza. Aquela comunidade foi muito marcante por que praticamente todos moradores participaram:

Isso para nós é muito gratificante e faz com que continuemos apostando na Educação".

Ao finalizar Henrique afirma que a escola da comunidade de São Fabiano se chamará Centro Educacional Municipal 12 de Outubro (CEMDO) e enfatizou que a escolha foi feita de forma democrática e muito ordeira, e escola atenderá aos alunos nas três salas construídas com turmas das três primeiras fases do ensino fundamental na parte da manhã. As outras duas fases do ensino fundamental e séries iniciais no período da tarde e a noite será aberta a educação de jovens e adultos.

Saúde || *Nos bairros da cidade existem focos e estão sendo feitas notificações através da Vigilância*

Dengue causa preocupação na cidade

O quadro da dengue em Pontes e Lacerda é preocupante, de acordo com profissionais da Saúde que tem intensificado as ações no sentido de conter a proliferação da doença, tendo para isso realizado uma parceria entre a Vigilância Sanitária e Ambiental. A agente ambiental Silvana Paglani, explica que a Vigilância Ambiental vai em busca dos pacientes sintomáticos. "Aqueles que não podem se locomover até a unidade de Saúde para efetuar a coleta de material para exame nós deslocamos até sua residência, onde efetuamos a coleta e desenvolvemos um trabalho de investigação, no sentido de se estar encontrando focos nas proximidades da residência".

Além de prestados todos os atendimentos ao paciente, realiza-se também uma ação de bloqueio da área. "Este bloqueio se dá, com a borifação do quarteirão onde se confirmou mais um caso de dengue", afirma Silvana.

Para a enfermeira Garla Patrícia, do PSF São Cristóvão, a situação já está ficando



A agente ambiental Silvana Paglani,

do alarmante, pois muitos casos estão sendo notificados. O que mais preocupa a Saúde Pública não são os casos notificados, mas exatamente os que não são notificados. "Isso faz com que não se tenha de fato um número real da situação. Estimamos que a cada caso notificado, oito ficam sem este registro e isso é muito grave".

Garla Patrícia informou que em todos os bairros da cidade existem focos e que

está sendo feita a totalização das notificações através da Vigilância Sanitária para se obter dados mais concretos sobre os índices atualizados, e ao finalizar a enfermeira salientou que três casos de dengue hemorrágicas foram registrados, mas que foram devidamente tratados, e os pacientes já se encontram suas respectivas residências e conclamou a sociedade ao combate ao mosquito, lembrando que a dengue se combate todo dia.